

**INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO
BOLSHOI NO BRASIL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Conselheiros do
INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

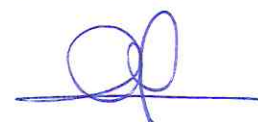
Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2018

As demonstrações financeiras do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 05 de abril de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 06 de março de 2020.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9



INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2.019	2.018
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	2.493.325	1.739.253
Contas a Receber	06	7.691	9.355
Estoques	07	168.513	156.236
Adiantamentos	08	223.642	365.583
Despesas do Exercício Seguinte		1.265	864
Total do Ativo Circulante		2.894.436	2.271.291
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		3.282	3.178
Imobilizado	09	9.469.008	9.408.659
Intangível	10	-	-
Total do Ativo Não Circulante		9.472.290	9.411.837
TOTAL DO ATIVO		12.366.726	11.683.128

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2.019	2.018
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	67.669	11.429
Obrigações Sociais	12	418.266	454.203
Obrigações Fiscais	13	77.341	136.136
Provisão de Férias	14	155.819	125.332
Outras Obrigações		126	126
Total do Passivo Circulante		719.221	727.226
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Sociais Parcelamento	12	1.155.773	1.260.092
Total do Passivo Não Circulante		1.155.773	1.260.092
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	15	2.202.465	1.406.543
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.289.267	8.289.267
Total do Patrimônio Líquido		10.491.732	9.695.810
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.366.726	11.683.128

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

	Nota	2.019	2.018
Receita Operacional Bruta		9.904.685	9.185.598
Patrocínios e Doações		4.934.185	3.949.557
Mensalidades e Taxas		618.288	474.213
Receita com Apresentações		526.777	217.446
Venda de Mercadorias		198.398	225.041
Convênios do Governo		3.627.037	4.319.341
(-) Deduções da Venda de Mercadorias		(40.363)	(35.990)
Receita Operacional Líquida		9.864.322	9.149.608
Custos e Despesas Operacionais		(9.068.400)	(7.779.163)
Custo das Mercadoria Vendidas		(156.189)	(160.608)
Despesas Ensino/Administrativas	17	(5.456.586)	(4.476.697)
Despesas Propaganda e Publicidade		(108.744)	(127.816)
Despesas de Gratuidades	18	(3.237.866)	(3.194.720)
Resultado Financeiro Líquido	19	(99.629)	180.678
Outras receitas / (Despesas)		(9.386)	-
Superávit do Exercício		795.922	1.370.445

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Acumulado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2017	36.098	-	8.289.267	8.325.365
Superávit do Exercício		1.370.445		1.370.445
Incorporação ao Patrimônio Social	1.370.445	(1.370.445)		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado				
Em 31 de dezembro de 2018	1.406.543	-	8.289.267	9.695.810
Superávit do Exercício		795.922		795.922
Incorporação ao Patrimônio Social	795.922	(795.922)		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado				
Em 31 de dezembro de 2019	2.202.465	-	8.289.267	10.491.732

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
MÉTODO INDIRETO
 (Em Reais)

	2.019	2.018
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	795.922	1.370.445
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	44.519	41.329
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	840.441	1.411.774
Contas a Receber de Clientes	1.664	(4.136)
Estoques	(12.277)	73.201
Adiantamentos	141.941	30.394
Despesas do Exercício Seguinte	(401)	(36)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	130.927	99.423
Fornecedores	56.240	(47.535)
Obrigações Fiscais	(58.795)	(46.750)
Obrigações Sociais	(140.256)	(432.155)
Provisão de Férias	30.487	(23.501)
(Aumento) ou Diminuição do Passivo	(112.324)	(549.941)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	859.044	961.256
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Investimento	(104)	(40)
Aquisição de Imobilizado	(104.868)	(53.377)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(104.972)	(53.417)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	754.072	907.839
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.739.253	831.414
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2.493.325	1.739.253

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019** (em Reais)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

O **INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL** é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, e com caráter de entidade educacional, cultural, de pesquisa, assistência social e beneficente, sem fins lucrativos e goza de imunidade tributária.

É finalidade do Instituto o desenvolvimento da dança e das artes cênicas, o aprimoramento e incentivo à arte e à cultura, o desenvolvimento dos níveis e modalidades de educação e ensino, observadas as diretrizes do Teatro Bolshoi de Moscou e da legislação brasileira.

As receitas do Instituto se referem principalmente a patrocínios e doações, incentivadas e não incentivadas, recebidas de empresas públicas e privadas, com o intuito de fomentar a sua finalidade social.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Entidade em 06 de março de 2020.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002/R1) com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- (b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder do instituto, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.4 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de vendas à funcionários, cuja cobrança ocorre através de desconto em folha de pagamento.

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.6 Imobilizado

Os custos com aquisição de imobilizado são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada dos respectivos ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

3.8 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.9 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Entidade liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.11 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e despesas correspondentes.

3.12 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,

- b) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Entidade.

NOTA 04 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019	Mensurado pelo Custo Amortizado	Total
Caixa e equivalentes	272.443	272.443
Aplicações	2.220.882	2.220.882
Contas a receber	7.691	7.691
Total	2.501.016	2.501.016

Em 31 de dezembro de 2018	Mensurado pelo Custo Amortizado	Total
Caixa e equivalentes	1.187.777	1.187.777
Aplicações	551.476	551.476
Contas a receber	9.355	9.355
Total	1.748.608	1.748.608

PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019	Mensurado pelo Custo Amortizado	Total
Contas a Pagar	67.669	67.669
Total	67.669	67.669

Em 31 de dezembro de 2018	Mensurado pelo Custo Amortizado	Total
Contas a Pagar	11.429	11.429
Total	11.429	11.429

NOTA 05 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2.019	2.018
Caixa	4.270	993
Bancos Conta Movimento	268.173	1.186.784
Aplicação Financeira	2.220.882	551.476
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.493.325	1.739.253

NOTA 06 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2.019	2.018
Contas a Receber de Clientes – MI	7.691	9.355
Contas a Receber de Clientes	7.691	9.355
Aging List Contas a Receber de Clientes	2.019	2.018
A vencer em até 3 meses	7.691	9.355
Contas a Receber de Clientes	7.691	9.355
Contas a Receber por Tipo de Moeda	2.019	2.018
Real	7.691	9.355
Contas a Receber de Clientes	7.691	9.355

NOTA 07 - ESTOQUES

	2.019	2.018
Produtos Para Revenda	71.371	79.277
Almoxarifado/Uniforme	97.142	76.959
Total dos Estoques	168.513	156.236

NOTA 08 - ADIANTAMENTOS

	2.019	2.018
Adiantamento a Fornecedores	4.284	50.870
Créditos a Funcionários	219.327	314.389
Outros	31	324
Total dos Estoques	223.642	365.583

NOTA 09 - IMOBILIZADO

	Terrenos	Benf. Imóveis Terceiros	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Veículos	Móveis e Utensílios	Ambulatório Médico	Biblioteca	Computadores e Periféricos	Equip. Telef. Celular	Equip. Comunicação	Obras em Andamento	Total
<i>Vida útil em anos</i>	-	10	5 a 10	10	5	7 a 10	5 a 10	20	4 a 5	1	7	-	
Em 31 de dezembro de 2017													
Custo	9.173.417	426.191	157.760	179.192	42.993	1.263.107	7.299	25.170	236.164	2.825	12.327	810.000	12.336.445
Depreciação Acumulada e Impairment	-	(425.382)	(140.254)	(135.369)	(42.764)	(1.130.436)	(6.746)	(18.078)	(218.939)	(2.825)	(9.260)	(810.000)	(2.940.054)
Valor contábil líquido	9.173.417	809	17.506	43.823	229	132.671	553	7.092	17.225	-	3.067	-	9.396.391
Saldo inicial													
Adições	9.173.417	809	17.506	43.823	229	132.671	553	7.092	17.225	-	3.067	-	9.396.391
Baixas	-	2.100	6.550	-	-	34.812	1.490	-	13.033	-	-	-	57.985
Depreciação	-	(984)	(2.274)	(5.033)	(229)	(4.608)	(332)	(861)	(7.157)	-	(837)	-	(4.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.173.417	1.925	21.782	38.790	-	139.473	1.711	6.231	23.101	-	2.230	-	9.408.659
Em 31 de dezembro de 2018													
Custo	9.173.417	428.291	164.310	179.192	42.993	1.293.311	8.789	25.170	249.197	2.825	12.327	810.000	12.389.822
Depreciação Acumulada e Impairment	-	(426.366)	(142.528)	(140.402)	(42.993)	(1.153.838)	(7.078)	(18.939)	(226.096)	(2.825)	(10.097)	(810.000)	(2.981.163)
Valor contábil líquido	9.173.417	1.925	21.782	38.790	-	139.473	1.711	6.231	23.101	-	2.230	-	9.408.659
Adições													
Depreciação	-	(210)	(2.685)	(5.023)	-	(25.790)	(370)	(861)	(8.743)	-	(837)	-	(44.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.173.417	1.715	22.047	33.767	-	203.860	1.341	5.370	26.099	-	1.393	-	9.469.008
Em 31 de dezembro de 2019													
Custo	9.173.417	428.291	167.260	179.192	42.993	1.383.488	8.789	25.170	260.938	2.825	12.327	810.000	12.494.690
Depreciação Acumulada e Impairment	-	(426.576)	(145.213)	(145.425)	(42.993)	(1.179.628)	(7.448)	(19.800)	(234.839)	(2.825)	(10.934)	(810.000)	(3.025.682)
Valor contábil líquido	9.173.417	1.715	22.047	33.767	-	203.860	1.341	5.370	26.099	-	1.393	-	9.469.008

O valor de R\$ 44.519 (R\$ 41.109 em 2018) referente à depreciação foi lançado na rubrica de "Despesas Ensino/Administrativas".

As benfeitorias em imóveis de terceiros se referem a obras do Teatro Juarez Machado, anexo ao Centreventos Cau Hansen, localizado em Joinville - SC, de propriedade da Fundação Cultural de Joinville, usado pelo Instituto para ensaios e apresentações.

O imobilizado em andamento se refere às obras de construção da sede própria do Instituto.

A Entidade procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002/R1) com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Entidade fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*). Desta forma a Entidade atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Entidade que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Entidade estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção *"in loco"* da unidade avaliada;
- Experiência da entidade com ativos semelhantes;
- Julgamento com base nas premissas definidas pela entidade;
- Valor médio de mercado (Tabela FIPE);
- Informação referente ao ambiente econômico;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Laudo de empresa especializada;
- Especificações técnicas; e,
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Entidade com seus ativos.

NOTA 10 - INTANGÍVEL

	Software
Vida Útil em anos	5
Em 31 de dezembro de 2017	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(12.419)
Valor contábil líquido	220
Saldo Inicial	220
Amortização	(220)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Em 31 de dezembro de 2018	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(12.639)
Valor contábil líquido	-
Em 31 de dezembro de 2019	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(12.639)
Valor contábil líquido	-

NOTA 10 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Entidade realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com a Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos do Pronunciamento Técnico PME.

NOTA 11 - FORNECEDORES

	2.019	2.018
Fornecedores Mercado Interno	67.669	11.429
Contas a Pagar a Fornecedores	67.669	11.429
Aging List Contas a Pagar		
A vencer até 30 dias	67.669	11.429
Contas a Pagar a Fornecedores	67.669	11.429
Contas a Pagar por Tipo de Moeda		
Reais	67.669	11.429
Contas a Pagar a Fornecedores	67.669	11.429

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2.019	2.018
Salários e Ordenados a pagar	158.030	197.635
FGTS a Pagar	43.160	40.235
INSS a Pagar	27.672	50.812
Parcelamento INSS	189.404	165.521
Parcela Circulante	418.266	454.203
Parcelamento INSS	1.155.773	1.260.092
Parcela Não Circulante	1.155.773	1.260.092
Total de Obrigações Sociais	1.574.039	1.714.295

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2.019	2.018
COFINS a Recolher	170	131
ICMS a Recolher	1.820	1.172
IRRF a Recolher	71.347	124.073
Retenção ISS a Pagar	125	29
Retenção Seguridade Social	3.650	8.584
Retenção PIS/COFINS/CSLL	229	2.147
Total de Obrigações Fiscais	77.341	136.136

NOTA 14 – PROVISÕES FÉRIAS

	2.019	2.018
Provisão de Férias	144.277	116.049
Provisão de Fgts s/Férias	11.542	9.283
Total de Obrigações Fiscais	155.819	125.332

NOTA 15 - CONTINGÊNCIAS

O Instituto está sendo citado em alguns processos judiciais de natureza cível.

As contingências cíveis foram consideradas pelos assessores jurídicos externos como possível probabilidade de perda totalizando o montante de R\$ 2.004.555.

Autor	Causa	Valor R\$	Detalhamento
Francisca das Chagas Dantas e Outra	Cível	100	Ação de Indenização Por Danos Morais e Materiais alegando que sofreu lesões na escola que a impossibilitaram para o trabalho e para a vida social

Autor	Causa	Valor R\$	Detalhamento
1a Vara da Infância, Juventude e Idoso	1a Vara da Infância, Juventude e Idoso	Não há como auferir valor	Auto de Infração lavrado em razão de apresentação de bailarinos menores de idade em evento, sem alvará judicial.
Ministério da Economia	2ª Vara Federal de Joinville	Não há como auferir valor	Houve autuação do Ministério de Economia por deixar de preencher a cota de aprendizes em número equivalente a 5%.
Ministério Público	1a Vara da Fazenda Pública de Joinville	18.077	Questiona-se a legalidade da contratação, pelo Bolshoi brasileiro, da empresa Corpodança (empresa que tinha como sócia a pessoa de Joesney Negrão - Diretora Geral da escola do Bolshoi no Brasil).
Ministério Público	1a Vara da Fazenda Pública de Joinville	1.156.801	Alega-se que houve irregularidade no dispêndio de R\$540.000 (quinhentos e quarenta mil reais) repassados pelo Banco do Brasil ao Bolshoi, a título de patrocínio.
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	1a Vara da Fazenda Pública de Joinville	829.577	Alega-se que o IETBB e IACJ utilizaram a AJOS como "testa de ferro" para receber verbas da Fundação Catarinense de Cultura antes de completar 3 anos de existência. Alegam, ainda, que houve pagamento indevido de valores à AJOS e seus dirigentes
Total		2.004.555	

NOTA 16 - CAPITAL SOCIAL

O patrimônio social em 31 de dezembro 2019 equivale a R\$ 2.202.465

NOTA 18 - DEMONSTRATIVO DE GRATUIDADE

O montante de gratuidade do exercício de 2019 foi de R\$ 3.828.739 representando percentual de 38,60% relativos à receita operacional bruta do Instituto conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2.019	2.018
Receita Operacional Bruta	9.904.686	9.185.598
Despesas de Gratuidades	(3.237.866)	(3.194.720)
Outras Gratuidades	(590.873)	(725.003)
Percentual de Gratuidade do Exercício	38,66%	42,67%

NOTA 17 – DESPESAS ENSINO/ADMINISTRATIVAS

	2.019	2.018
Despesas com Pessoal	3.823.747	3.357.140
Despesas com Manutenção	179.480	139.937
Utilidade e Serviços	93.300	94.345
Material de Consumo	35.954	49.251
Despesas Administrativas	224.594	191.120
Apresentações	567.579	296.413
Serviços de Terceiros	517.448	325.661
Bens de valores Reduzido	14.484	22.830
Total de Obrigações Fiscais	5.456.586	4.476.697

NOTA 18 – DESPESAS DE GRATUIDADES

	2.019	2.018
Uniforme, Figurinos e Vestuários	145.652	256.046
Transporte Escolar	339.701	331.449
Alimentação	157.365	129.897
Assistência Médica, Odont. Urgências	54.327	148.293
Curso de Inglês e Material Didático	378	2.103
Salários Professores e Colaboradores	2.540.443	2.326.932
Total de Obrigações Fiscais	3.237.866	3.194.720

NOTA 19 - RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2.019	2.018
Receitas financeiras		
Resultado Aplicação Financeira	11.999	11.710
Descontos Obtidos	87	297.047
Total das Receitas financeiras	12.086	308.757
Despesas Financeiras		
Juros e Despesas Bancárias	(16.452)	(14.391)
Juros pagos	(84.730)	(103.093)
Multas	(10.533)	(10.595)
Total das Despesas Financeiras	(111.715)	(128.079)
Resultado Financeiro Líquido	(99.629)	180.678

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Entidade estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	Veículos	100% FIPE	29/08/2019 29/08/2020

A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros.